

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



VII CONTSEMG CONSAGRA LUTA DOS TRABALHADORES



Congresso discutiu os golpismos e a necessidade da mobilização nacional para garantir direitos sociais e lutar contra ameaças à classe trabalhadora.

Saneamento público e avanço nas conquistas da categoria

Os trabalhadores no saneamento mais uma vez participaram intensamente do VII Contsemg, reforçando o grau de maturidade e responsabilidade da nossa categoria na luta pela melhor condição de trabalho e de valorização profissional, além da defesa histórica do saneamento público universalizado.

Por longos 12 anos de tucanagem em nosso Estado, denunciávamos o sucateamento estrutural da Copasa, o descompromisso em honrar contratos, complicando as concessões, o mandonismo autoritário e o encolhimento deliberado do tamanho da empresa para facilitar o entreguismo dos serviços de saneamento à iniciativa privada. A categoria se mobilizou, fizemos greves e construímos, junto à CUT-MG, Sindieleto, Sind-UTE, MST e MAB, uma unidade de lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores e do saneamento.

Agora, temos ameaça ainda maior, após a usurpação do poder através de um golpe parlamentar, com as reformas trabalhista, da Previdência e o congelamento dos investimentos públicos na saúde e na educação, atingindo toda a população. O Governo Temer encaminhou mudanças para aniquilar os direitos constituídos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e impedir a aposentadoria com exigências só possíveis de serem cumpridas na hora da morte, além de instituir a Lei

13.334, que estabelece o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e entregar serviços públicos à privatização, em profunda agressão aos princípios de legalidade.

Os trabalhadores e expositores no Contsemg mostraram sua intensa preocupação com o desmonte do Estado e as severas ameaças aos direitos sociais e trabalhistas. O Congresso indicou medidas urgentes de mobilização para a atuação do SINDÁGUA e sociedades organizadas na defesa de políticas públicas sob a obrigação e responsabilidade do Estado.

O cenário atual exige unidade da categoria para enfrentar os desafios externos, mas também temos que cobrar da direção da Copasa uma mudança de postura: é necessário recompor o quadro de pessoal, com novas contratações de trabalhadores, em virtude do crescimento da empresa e ao Programa de Desligamento Voluntário implantado no início deste ano.

É urgente também a adoção de um plano para acabar com o sucateamento deixado pela gestão anterior, investindo na melhoria das condições de trabalho, na aquisição de materiais e equipamentos e também na elaboração de um Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) que motive e permita o crescimento e a ascensão do trabalhador dentro da empresa.



José Maria dos Santos
Presidente do SINDÁGUA-MG e
Coordenador Geral VII CONTSEMG

CONTSEMG APONTA MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DO

Onda de golpismo pela privatização escancarada e contra a



“Tenho certeza que este Congresso é um divisor de águas para aprofundarmos a luta de vocês em defesa do saneamento como responsabilidade pública e na defesa dos direitos dos trabalhadores.” A afirmação foi feita durante palestra da professora e jornalista Angela Carrato no VII Congresso dos Trabalhadores em Saneamento do Estado de MG (Contsemg), realizado de 24 a 26 de novembro, no Sesc Venda Nova, em Belo Horizonte.

O Contsemg foi marcado por depoimentos e experiências que registram o grave momento vivido em nosso País pela onda de golpismo institucional e que visa aniquilar todos os avanços sociais e trabalhistas adquiridos pelo povo brasileiro desde a Constituição de 1988 e, sobretudo, durante os últimos 12 anos de governo democrático. Marcou também a forte pressão do governo Temer sobre as empresas estatais de saneamento para transferirem os serviços a empresas privadas, que privilegiam a busca do lucro

em detrimento dos compromissos sociais e a universalização do saneamento como política de saúde.

ABERTURA PARA A LUTA



O presidente do SINDÁGUA, José Maria dos Santos, abriu o Contsemg sinalizando a urgência de mobilização contra um profundo retrocesso, com o golpe e retomada do poder político por uma direita

rancorosa, sem apoio e votos do povo nos processos eleitorais democráticos. “Os trabalhadores brasileiros estão seriamente ameaçados em direitos conquistados em décadas de luta e nós, do saneamento, estamos especialmente na alça de mira.

O risco maior para os trabalhadores do saneamento é o retorno do programa de venda de ativos estatais, pelo BNDES, nos moldes da privatização realizada pelo

governo de Fernando Henrique Cardoso. Na época, foram entregues à iniciativa privada empresas como a Vale, Telebrás e Light, a preços muito abaixo do que realmente valiam”, denunciou José Maria. Complementou também que a proposta vai na contramão do que acontece no mundo e mesmo em cidades brasileiras, que reestatizam serviços privatizados.



Na abertura do Contsemg, além dos trabalhadores delegados eleitos, tivemos a participação no evento da **presidenta da Copasa, Sinara Meireles**, e dos diretores de Gestão

Corporativa, Francisco Cançado, e de Operação Sul, Frederico Lourenço. Sinara discorreu sobre as pressões do governo Temer para privatizar as empresas públicas de saneamento, através do PPI.

O governo golpista de Temer já coletou assinatura de 18 estados de apoio ao propósito de privatização do saneamento, iniciativa que não recebeu o apoio do Governo de Minas. Sinara reafirmou que o governador Fernando Pimentel garantiu que o Estado não vai privatizar a Copasa.

Na abertura do Congresso, tivemos também a participação do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e do Movimento dos Sem Terra (MST), que cobraram responsabilidades em tragédias como a que se abateu sobre o meio ambiente, há um ano, com o rompimento da Barragem do Fundão, em Bento Gonçalves.



SANEAMENTO PÚBLICO E DIREITOS TRABALHISTAS

classe trabalhadora exige luta intensa de toda a sociedade



Em sua exposição no segundo dia do Contsemg, a **presidenta da CUT-MG, Beatriz Cerqueira**, apelou às lideranças dos setores organizados da sociedade para irmos às ruas defender direitos sociais e trabalhistas temerosamente ameaçados. Discorreu sobre projetos de mudanças na legislação trabalhista profundamente danosos aos direitos dos trabalhadores, além do praticamente sepultamento da possibilidade de nos aposentarmos com a reforma pretendida pelo governo golpista. Alertou para a tentativa de golpe também contra o governador Fernando Pimentel, pelo qual os movimentos sociais devem se mobilizar para defender um governo que se elegeu com propostas de mudanças, depois da terra arrasada que os tucanos deixaram Minas Gerais nos 12 anos em que ocuparam o comando do Estado. Falou da necessidade de pressionar para que o governo de Minas cumpra compromissos à esquerda e proteja a sociedade contra retrocessos pregados pela direita derrotada nas urnas.



A **professora de comunicação da UFMG, jornalista Angela Carrato**, ilustrou o trabalho sujo que vem sendo desenvolvido pela mídia, para viabilizar as propostas golpistas e para sedimentar na população uma

compreensão equivocada de informações, como no caso do déficit da Previdência Social, que efetivamente não existe. A este respeito, contribuiu para o Caderno de Teses com textos que esmiúçam a arrecadação e despesa da Previdência, demonstrando o superávit. Abordou também as tramóias que passam pelos processos de terceirização, suas consequências para os trabalhadores e os verdadeiros propósitos das parcerias público privadas (PPPs).



O processo de construção de identidade social de mulheres, negros e LGBTs foi abordado na palestra da psicóloga **Elizabeth Guerra**, que fez uma análise didática do tema

e discorreu sobre os desafios de enfrentar os preconceitos e se tornar pessoa e sujeito de ação. “As experiências e vivências nos fortalecem enquanto identidade”.



O **ex-presidente da Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa), Abelardo de Oliveira Filho**, que dirigiu também o sindicato dos trabalhadores naquele estado,

fez uma longa explanação sobre a história, a importância e a legislação do saneamento, destacando a participação dos movimentos sociais e sindical na regulação do setor.

“O saneamento básico tem características típicas de atividade econômica, porque cobra tarifas, mas ao mesmo tempo é um

serviço público essencial, dever do estado e direito do cidadão”, ressaltou Abelardo. “Entre os serviços essenciais, é o mais essencial de todos e deve ter tratamento diferenciado, porque impacta a salubridade ambiental, a saúde pública, a qualidade de vida e o resgate da dignidade das pessoas. Também tem impacto em outras políticas públicas importantes, como a área de saúde, as políticas urbana, de habitação e de uso e ocupação do solo, planejamento territorial urbano, meio ambiente, combate à pobreza e gestão e gerenciamento de recursos hídricos.”



Um dos pontos altos do Congresso, aplaudido de pé, foi a exposição do **professor de engenharia sanitária na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Luiz**

Roberto Santos Morais, que fez uma dura crítica aos propósitos de leis formuladas pelo governo Temer, sobretudo a Lei 13.334 (da PPI), que joga por terra tudo que se avançou para a legalidade de licitações, de fiscalização, de responsabilidade do Estado, para facilitar os contratos com parcerias terceirizadas. Fez também uma grande cobrança aos movimentos sociais organizados para o total empenho no sentido de reverter o retrocesso à direita. Alertou que todos devemos conhecer profundamente os aspectos dos golpes que estão sendo dados e levarmos as informações para toda a sociedade, que precisa se mobilizar e nos apoiar para garantirmos as políticas sociais ameaçadas pelo governo golpista.

Delegados têm participação ativa nas oficinas

O Contsemg teve grande participação de trabalhadores eleitos em todo o Estado como delegados, que discutiram em “oficinas de temas” a conjuntura econômica e política no País, os ataques aos direitos sociais e trabalhistas, o retrocesso nas políticas públicas para o saneamento e questões de identidade social das mulheres, negros e LGBTs. No nível interno, aprofundou propostas para o novo PCCS na Copasa, a luta contra o sucateamento da empresa e mudanças no “Estatuto do SINDÁGUA”.



1- Concessões, Terceirização e PPPs



2- Plano de Carreiras, Cargos e Salários



3- Previdência Social e Libertas



4- Estrutura e Organização Sindical



5- LGBTs, Mulheres e Negros

Participação da categoria é fundamental para avanço nas lutas do SINDÁGUA



O VII CONTSEMG foi um grande sucesso e amplificou a voz dos trabalhadores no saneamento de Minas Gerais, mas agora é hora de enfrentar e superar, com determinação, os desafios que temos pela frente, conforme as diretrizes e o plano de lutas aprovados pelos delegados no Congresso. Os desafios são enormes e exigem conscientização e mobilização da categoria. O momento é de articulação e de reforçar a unidade.

O objetivo do governo ilegítimo de Michel Temer, que tomou o poder com um golpe parlamentar patrocinado pelas elites, com apoio do Poder Judiciário e da mídia conservadora, é retirar direitos da classe trabalhadora, rasgando a CLT, e privatizar as empresas públicas, incluindo o setor do saneamento. Essa conjuntura política e econômica desfavorável cobra dos trabalhadores um novo plano de lutas, como defendeu a presidente da CUT-MG, Beatriz Cerqueira, em sua

palestra no Congresso:

“Os nossos métodos não serão suficientes para o próximo período, se não nos reavaliarmos, se não estabelecermos agendas de lutas que conciliem a luta local, interna nossa, com as lutas gerais da classe trabalhadora”, afirmou Beatriz Cerqueira.

Para que possamos atingir os nossos objetivos, é necessário que, de volta às bases, os delegados que representaram os trabalhadores no VII CONTSEMG deem continuidade às atividades desenvolvidas durante o Congresso. Só assim conseguiremos avançar nas lutas em defesa dos direitos trabalhistas e da universalização do saneamento, entre outros objetivos referendados pela categoria.

O nosso primeiro desafio é a revisão do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) que está sendo elaborada pela Copasa e comissão de trabalhadores. Precisamos ficar atentos e cobrar da

empresa a apresentação das propostas à categoria, cumprindo o cronograma do PCCS, o que não está acontecendo. Até agora, só nos foi apresentada uma etapa: o novo modelo de avaliação de desempenho.

Um dos principais pontos cobrados pelo SINDÁGUA, o fim da política de porte sobre os salários, ainda não foi divulgado para os trabalhadores.

Outro desafio é a defesa intransigente da universalização do saneamento, ameaçada pela proposta de privatização do setor, com a imposição do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) pelo governo Temer. O objetivo é entregar o patrimônio brasileiro à privatização. O engenheiro Luiz Roberto Moraes, o professor Moraes, especialista em saneamento, em sua conferência no Contsemg, convocou os trabalhadores da área do saneamento para a luta contra a privatização:

“Nós, militantes do saneamento, não podemos ficar falando só com o umbigo da gente. Temos que fazer um diálogo com a sociedade, trazê-la para essa luta. Se não trouxermos a sociedade, a gente já perdeu. É importante a gente se articular, os movimentos sociais, populares e sindical, não ficar o SINDÁGUA isolado. Temos que debater e mostrar que eles são usuários dos serviços de água e esgoto e que serão prejudicados, em suas casas, com a privatização do saneamento”, conclamou o professor Moraes.

Principais resoluções votadas no VII Contsemg

O Caderno de Teses do VII Contsemg estará, após sua revisão, postado no site do SINDÁGUA para conhecimento de todos os trabalhadores. Os principais destaques aprovados na Plenária do Congresso foram os seguintes:

1- Lutar contra a terceirização, abrir investigação sobre a PPP do Rio Manso e denunciar ao Ministério Público do Trabalho;

2- Rever as unidades com carreira única especí-

fica com as atividades compatíveis; garantir a igualdade de salários para mesma função em todo o Estado; eliminar a política de portes nos salários; estabelecer uma política justa através do PCCS;

3- Aprovada na íntegra as teses para salvar a Previdência Social, com fiscalização pública da sua gestão, e proteger o direito dos trabalhadores à aposentadoria; rejeitar propostas da PEC 261, que tira representatividade dos trabalhadores na previdên-

cia complementar (Liberatas); lutar contra os malefícios da PEC 55, que tira nossos direitos previdenciários; garantir autonomia do Deapes, órgão ligado ao SINDÁGUA;

4- Manutenção do valor da mensalidade dos sócios do SINDÁGUA em 1,7% do salário acrescido de GDI, definindo o teto máximo de R\$ 150,00; ao atingir 75% de sindicalização, a mensalidade deve retroceder para 1%; definir o mandato da direção do Sindicato em

quatro anos a partir da próxima eleição, ampliando o prazo da abertura do processo eleitoral para 120 dias;

5- Garantir cargos na executiva do Sindicato para negros, mulheres e LGBTs; capacitação de diretores para lidarem com questões de gênero, racismo e discriminação; modernizar e dinamizar a comunicação do Sindicato com os associados; criação de cartilhas sobre os temas de negros, mulheres e LGBTs.